

LEI Nº 945 DE 23 DE JUNHO DE 2008

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O povo do Município de Ijaci, Estado de Minas, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, nas normas da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, nas normas da Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação complementar, as diretrizes orçamentárias para a elaboração do orçamento do município de Ijaci, relativo ao exercício financeiro de 2009 que compreendem:

I - as prioridades e as metas da Administração Municipal;

II - a organização e a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;

IV - as ações dos Poderes Legislativo e Executivo;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal.

VI – O princípio da transparência implica além da observância do princípio constitucional da publicidade na utilização de meios disponível para garantir o efetivo acesso dos munícipes as informações dos atos da administração pública.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Constituem prioridades e metas da Administração Pública Municipal, a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2009 em consonância com o Plano Plurianual e com a Lei Complementar no 101/2000:

I - POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

- a) Modernização dos sistemas de administração tributária com a finalidade de elevar a arrecadação tributária da Prefeitura Municipal.
- b) Modernizar o gerenciamento da folha de pagamento de pessoal para redução efetiva do custeio da Prefeitura Municipal.
- c) Consolidação da política de recursos humanos voltados para a capacitação e desenvolvimento gerencial do servidor público;
- d) Modernização da execução orçamentária, incorporando ferramentas de análise gerencial no processamento das receitas e despesas públicas;
- e) Ampliação e reformulação do projeto democrático do orçamento com a integração das políticas públicas setoriais no contexto de discussões e decisões;
- f) Promoção de ações visando ampliar e consolidar a descentralização administrativa;
- g) Consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado.

II - POLÍTICAS EDUCACIONAIS

- a) Apoiar o ensino, a alfabetização e a qualificação de professores, buscando melhorar a qualidade do ensino municipal;
- b) Estimular a erradicação do analfabetismo;
- c) Distribuição de material e merenda escolar;

- d) Desenvolvimento e divulgação de estudos, pesquisas e avaliações educacionais;
- e) Coordenar, supervisionar e desenvolver atividades que culminem na melhoria da qualidade do ensino fundamental, em todas as suas modalidades, de forma a assegurar o acesso à escola e diminuir os índices de analfabetismo, repetência e evasão;
- f) Assegurar a remuneração condigna do magistério consoante o que dispõe a legislação
- g) Definição e implantação da Política de Educação Infantil em consonância com as exigências estabelecidas na legislação, reconhecida como a primeira etapa da educação básica e direito das crianças.
- h) Construção, reforma, melhoria, ampliação, escolas, quadras, etc.

III - POLÍTICA DE SAÚDE

- a) Promover a qualificação de recursos humanos, de modo que se obtenha maior produtividade e melhoria nos serviços prestados.
- b) Desenvolvimento de ações de assistência médica e odontológica em regime ambulatorial e de internação, bem como apoiar a assistência médica à família prestada por agentes comunitários de saúde;
- c) Adquirir e distribuir medicamentos de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes;
- d) Implantação do CAPS AD REFERENCIA, do serviço de saúde da mulher e do serviço de atendimento ao idoso.
- e) Construção, reforma ampliação Postos Saúde, Hospitais, etc

IV - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL

- a) Viabilização dos investimentos necessários às diretrizes da política municipal de habitação;
- b) Elaboração da política de saneamento, definindo diretrizes que subsidiem a Administração Pública Municipal no trato das ações relacionadas ao saneamento básico;
- c) Viabilização e implantação gradativa do tratamento de resíduos sólidos, possibilitando a devolução dos resíduos como matéria-prima ao setor produtivo e ao meio ambiente de forma estabilizada e segura;
- d) Implantação de instrumentos de gestão na área da saúde capazes de garantir melhor qualidade no atendimento e nos serviços prestados ao cidadão;
- e) Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social.
- f) Consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.
- g) Incentivar a prática de esportes e incrementar o turismo no município;
- h) Elaborar políticas de preservação do meio ambiente no município.
- i) Incentivar as atividades e políticas culturais no município.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O projeto de lei orçamentária que o Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - Orçamento Fiscal, compreendendo:

- o orçamento da administração direta;
- os orçamentos dos fundos;
- os orçamentos das fundações;

II - Conteúdo e forma que se trata o art. 22, incisos I, II e III, da Lei no 4.320/64;

III - Demonstrativo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos da legislação vigente.

IV - Demonstrativo da aplicação de recursos com pessoal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

V - Investimentos necessários.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º - Constituem diretrizes gerais para a administração pública municipal:

- I - dar precedência, na alocação de recursos no orçamento para o exercício financeiro de 2009 no âmbito do Poder Executivo, aos programas estruturantes e prioritários, detalhados no Plano Plurianual;
- II - gerar superávit suficiente a alcançar o equilíbrio operacional no exercício financeiro de 2009.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 5º - A lei orçamentária para o exercício financeiro de 2009 será elaborada conforme as diretrizes, as metas e as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual e nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a Unidade Orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recurso e o identificador de uso.

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV - investimentos;
- V - amortização da dívida e
- VI - inversões financeiras.

Art. 7º - As metas físicas serão indicadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão dos demonstrativos das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, na forma dos anexos propostos pela Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - O orçamento anual compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, tanto da administração direta quanto da indireta, de modo a evidenciar as políticas e os programas do governo, obedecidos, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

Art. 9º - Os valores de receitas e despesas, expressos em preços correntes, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhados de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes:

§ 1º - Na projeção de despesas e na estimativa de receita, a lei orçamentária anual conterá fator de correção decorrente de variação inflacionária.

§ 2º - A lei orçamentária estimará os valores da receita e fixará os valores da despesa de acordo com a variação de preços prevista para o exercício de 2009, e far-se-á consoante as exigências da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e normas complementares.

Art. 10 - As receitas com operações de crédito não poderão ser superiores às despesas de capital.

Art. 11 - Na estimativa das receitas próprias, serão considerados:

- I - projetos de lei sobre matéria tributária e tributário-administrativa que objetivem alterar a legislação

vigente, com vista a seu aperfeiçoamento, adequação a mandamentos constitucionais e ajustamento a leis complementares federais, estaduais, resoluções do Senado Federal ou decisões judiciais;

II - os fatores que influenciam as arrecadações dos impostos e taxas;

III - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte.

Parágrafo único - A estimativa da receita de transferência terá como base informações de órgãos externos.

Art. 12 - As receitas municipais serão programadas prioritariamente para atender:

I - ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;

II - ao pagamento de sentenças judiciais em cumprimento ao que dispõe o art. 100 e parágrafos da Constituição Federal;

III - ao pagamento de pessoal e encargos sociais;

IV - à manutenção e desenvolvimento do ensino;

V - à manutenção dos programas de saúde;

VI - ao fomento à agropecuária, agricultura, fruticultura, piscicultura e apicultura;

VII - ao fomento do esporte, turismo, cultura e à preservação do meio ambiente;

VIII - aos recursos para a manutenção da atividade administrativa operacional;

IX - à contrapartida de programas pactuados em convênio.

Parágrafo único - Os recursos constantes dos incisos I, II, III IV,V e VIII terão prioridade sobre qualquer outro.

Art. 13 - Constituem as receitas do município aquelas provenientes:

I - dos tributos e taxas de sua competência;

II - de atividades econômicas, que, por conveniência, possam vir a ser executadas pelo município;

III - de transferências, por força de mandado constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e privados;

IV - de empréstimos e financiamentos com prazo superior ao exercício e vinculados a obras e serviços públicos;

V - de empréstimos por antecipação de receita orçamentária;

VI - receitas de qualquer natureza, geradas ou arrecadadas no âmbito dos órgãos, entidades ou fundos de administração municipal.

Art. 14 - Na definição das despesas municipais, serão consideradas aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do município e solução de seus compromissos de natureza social e financeira, levando-se em conta:

I - a carga de trabalho estimada para o exercício financeiro de 2009;

II - os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade das despesas;

III - a receita de serviços quando este for remunerado;

IV - a projeção de despesas com o pessoal do serviço público municipal, com base no plano de cargos e carreiras da administração direta de ambos os poderes, da administração indireta e dos agentes políticos;

V - a importância das obras para a população;

VI - o patrimônio do município, suas dívidas e encargos.

Art. 15 - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 16 - As despesas com pessoal e encargos previdenciários serão fixadas respeitando-se as disposições do art. 169 da Constituição da República e da Lei Complementar Federal no 101, de 04 de maio de 2000 e legislação complementar.

Parágrafo único - A lei orçamentária consignará os recursos necessários para atender às despesas decorrentes da implantação dos planos de carreira e concurso público do servidor municipal público.

Art. 17 - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das

receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida.

Art. 18 – O detalhamento das despesas da Câmara Municipal serão apresentados à Prefeitura Municipal em até vinte dias do recebimento dos quadros de que trata o artigo 17.

§ 1º - O total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar o limite disposto no art. 29-A da Constituição Federal;

§ 2º - Na lei Orçamentária Anual deverá conter quadro com a descrição dos valores das parcelas dos repasses mensais para a Câmara Municipal no exercício de 2009.

Art. 19 - Não se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem a:

I - dotações referentes a obras previstas no orçamento vigente ou nos anteriores, e não concluídas;

II - dotações com recursos vinculados;

III - alterar a dotação solicitada para despesas de custeio, salvo quando provada nesse ponto, a inexatidão da proposta;

IV - conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

V - conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.

Art. 20 - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 21 - Na programação de prioridades, metas e quantitativos a serem cumpridos no exercício financeiro de 2009 será observado o seguinte:

I - os projetos já iniciados terão prioridades sobre os novos;

II – os novos projetos serão programados se:

a) comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira;

b) não implicarem anulação de dotações destinadas a obras já iniciadas, em execução ou paralisadas.

III - as contidas no Plano Plurianual, acrescidas daquelas previstas, e não cumpridas no orçamento do município de 2008.

Art. 22 - A despesa total com pessoal obedecerá ao disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar Federal no 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - Se a lei orçamentária não for sancionada até o final do exercício financeiro de 2008, sua programação, até sua sanção, poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, por bimestre.

Art. 24 - Para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentários, a Prefeitura enviará, mensalmente, à Câmara Municipal, o balancete financeiro da receita e da despesa.

Art. 25 - O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

Art. 26 - Não será apreciado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de qualquer natureza tributária sem que se apresente a estimativa da renúncia da receita correspondente e ou as despesas programadas que serão anuladas, bem como o interesse público da medida.

Art. 27 - A lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa para o próximo exercício.

Parágrafo único - Não se incluem na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art. 28 - Da proposta orçamentária constarão as seguintes autorizações, que serão observadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, bem como os Fundos Especiais e a Administração Indireta:

I - abrir créditos suplementares ao orçamento de 2009, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa prevista, utilizando para isso o excesso de arrecadação efetivamente realizado no exercício;

II - anular parcialmente dotações previstas no orçamento de 2009 até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa prevista, com exceção daquelas previstas para pagamento da dívida municipal e as previstas para contrapartida de programas pactuados em convênio, como recursos para abertura de créditos suplementares e/ou especiais para manutenção de atividades imprescindíveis e projetos prioritários;

III - realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, até o limite de 5% (dez por cento) do total da receita estimada para o exercício de 2009.

Parágrafo Único: Na proposta orçamentária deverão ser discriminados as atividades imprescindíveis e os projetos prioritários que poderão ser objetos de suplementação nos termos do inciso II deste artigo.

Art. 29 - Os projetos de leis relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com os detalhamentos estabelecidos na lei orçamentária anual, com prévia autorização Legislativa.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

Art. 30 - O orçamento municipal poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade, a título de subvenções sociais, a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênio, desde que sejam da conveniência do governo e tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados, e que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esportes, turismo e meio ambiente;

II - não tenham débitos de prestação de contas de recursos anteriores.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

- declaração de funcionamento regular nos dois últimos anos, emitida no exercício financeiro de 2008, pelo prefeito municipal, juiz de direito, promotor de justiça ou por autoridade local,

- comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria

- comprovante de declaração de utilidade pública

- comprovante de adimplência quanto aos recursos anteriormente recebidos

- plano de trabalho para o exercício de 2009.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, mediante convênio, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente e Legislativo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 31 - As transferências de recursos do Município, a qualquer título, consignadas na lei orçamentária anual a outro ente da federação, inclusive auxílios, assistência financeira e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente. Salvo a participação consorcio publico/privado que será autorizado por lei.

Art. 32 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificando o elemento da despesa.

Art. 33 - Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos,

empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, bem como abertura de concurso público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar no 101/2.000.

Art. 34 – Os poderes Executivo e Legislativo do Município poderão promover a abertura de concurso público para cargos vagos existentes e ou criados na forma do artigo anterior.

Art. 35 - Integram a presente lei, anexos de metas fiscais, podendo ser alterados por interesse da administração pública.

Art. 36 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ijaci
Aos 23 de junho de 2008.

MARIA HORACI DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

METAS E PRIORIDADES L.D.O			
ANEXO I - METAS E PRIORIDADES – 2009 - IJACI - MG			
PROGRAMAS E AÇÕES			
Programa 0001: SAÚDE			
Ações	METAS		Resultado Esperado
> Aquisição Equipamentos diversos p/ setor			Melhoria na Qualidade, e Atendimento.
Programa 0002: EQUIPAMENTOS PARA O GABINETE			
Objetivo: Atender de Forma Adequada com Melhor Qualidade o Atendimento e Economia			
Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
> Aquisição Moveis /Equipamentos	Unidade	Equipar o Gabinete com Moveis Equipamentos	Melhoria da Infra-Estrutura
> Aquisição Veículos	Unidade	Economia na Manutenção	Economia
Programa 0003: AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			
Objetivo: Adquirir imóveis para construção e implantação de serviços			
Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
> Aquisição de Imóveis	Metro quadrado	Aquisição de Imóveis	Adquirir Imóveis

**Programa 0004: CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO EM PRÉDIOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS**

Objetivo: Construir e Melhorar Prédios Públicos

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
> Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	Metros	Melhoria da Infra Estrutura e Qualidade no Atendimento a População	Melhoria da infra- estrutura e acessibilidade da População

**Programa 0005: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, IMÓVEIS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Objetivo: Adquirir Moveis, Imóveis, Veículos, Equipamentos para Departamento Saúde e Programa Transporte Doentes

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
> Dotar a Secretaria com Melhoria no Atendimento a População	Unidade	Atendimento a População	Aumento das condições de Saúde da População com Programas de Prevenção de Doenças e outros

**Programa 0006: AQUISIÇÃO DE MOVEIS, IMÓVEIS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Objetivo: Capacitar o Setor Educação com melhoria na Qualidade do Ensino e Infra-Estrutura.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
>Aquisição de Moveis, Veículos, Equipamentos e contra partida de convênios	Unidades	Escolas Municipais	Manutenção e qualificação nas Escolas Municipais
> Construção/Reforma e Ampliação nos prédios da rede municipal de ensino e contra partida de convênios	Unidades	Escolas Municipais	Melhorar as condições de atendimento para alunos da Rede de Ensino
➤ Aquisição de Imóveis para Rede de Ensino e contra partida de convênios	Metros	Escolas Municipais	Ampliação Construção de Escolas na Rede Municipal de Ensino Incentivo a Pratica de Esportes/Apoiar a Formação Desenvolvimento/ dos Alunos
➤ Construção/Reformas Quadras Esportivas	Metros	Áreas Escolares	
Transporte de Alunos nas Redes de Ensino	Unidades	Transporte de Alunos	Atender aos alunos com o transporte escolar

Programa 0007: PROGRAMA DE MELHORIA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Objetivo: Melhoria na qualidade do transporte dos alunos da rede de ensino

Ações	Produto /	Meta	Resultado Esperado
-------	-----------	------	--------------------

Ações	Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Transporte de Alunos nas Redes de Ensino e contra partida de convênios	Unidade	Transporte de Alunos	Atender aos alunos com o transporte escolar na rede de ensino
Programa 0008: PRODUÇÕES, MANIFESTAÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS, CULTURAIS E TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO			
Objetivo: Promover ações, eventos, atividades e projetos esportivos e culturais , tradicionais no Município que venham assegurar a gestão democrática da cultura, Esporte, Lazer, Turismo,			
Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Adquirir equipamentos para realização de atividades culturais	Equipamento adquirido	unidades	Promoção de shows/eventos tradicionais e ampliação do atendimento para População
Apoiar as atividades culturais do Município e região	Medidas	Apoio e incentivo a Cultura	Ampliar e apoiar as atividades culturais, e tradicionais do Município envolvendo trabalhos manuais em cerâmica e outros.
Apoio as atividade culturais esportivas , Turísticas municipais	Unidades	Apoio, incentivo a pratica de Esportes/Turísticas/culturais	Ampliar as atividades esportivas/turísticas e culturais, diminuindo a violência e aumentando a pratica de esportes
Programa 0009: ENSINO FUNDAMENTAL / FUNDEB / REDE MUNICIPAL DE ENSINO			
Objetivo: Aumentar a cobertura dos serviços de educação			
Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Construir escola para o Ensino Fundamental /Rede de Ensino e contra partida de convênios	Escola construída	Unidades	Oferecimento de novas vagas no ensino fundamental
>Ampliação e reforma de salas de aula para o Ensino Fundamental/Rede Ensino	Sala criada	Unidades	Oferecimento de novas vagas no ensino fundamental/Rede de Ensino
Programa 0010: ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE			
Objetivo: Dotar a Área de Saúde de equipamentos ,Construção e reforma na saúde capaz de atender toda a demanda.			
Ações	Produto / Unidade de	Meta	Resultado Esperado

	Medida		
> Reformar/Construir Unidades Básicas de Saúde	Metro quadrado	Construção e Reformas de Unidades de Saúde	Melhoria da infraestrutura de saúde
> Construir unidades de Saúde	Unidade Construída		Melhoria da infraestrutura e atenção à saúde
Equipamentos para Postos de Saúde	Unidades	Atendimento a População	Melhorar as condições de Atendimento a população
Aquisição de Veículos	Unidades	Atendimento a População	Melhorar o atendimento a população com Veículo Equipado com UTI Aparelho de Raio X e eletrocardiograma e outros
Manutenção de Convênios	Convênios diversos	Atendimento Hospitalar e outros	Atendimento a população
Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Contenção de encostas	Contenção construída	Atendimento a pessoas de baixa renda e população em geral	Melhoria da qualidade urbana / Rural em áreas de risco
Implantação/Reformas de praças, parques e jardins	Praças e jardins urbanizados	Parques e Jardins	Melhoria da Qualidade urbana / Rural como forma de inclusão social

Programa 0011: PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL

Objetivo: Implementar medidas que garantam condições dignas de moradia para a população de menor poder aquisitivo, por meio de programas voltados à melhoria da infra-estrutura e a promoção social.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
> Moradias populares	Família Beneficiada	Habitação Popular	Melhores condições de moradia para a população de baixa renda
> Lotes sociais	Família Beneficiada	Habitação Popular	Melhores condições de moradia para a população de baixa renda

Programa 0012: INFRA-ESTRUTURA URBANA / RURAL

Objetivo: Melhorar a infra-estrutura física de mobilidade.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Pavimentação/Abertura de Ruas Construção de	Construção /		

Pontes/Mata Burros/Restauração estradas	Pavimentação / Abertura Ruas / Restauração Estradas/Pontes Mata Burros	Pavimentação/Abertura/Calçamento de Ruas/Pontes Mata Burro/Estradas	Maior mobilidade do tráfego local
Canalização de Córregos/esgotos e outros	Unidades	Canalização/ Reformas	Melhorias Sanitárias e Domiciliares p/ População

Programa 0013: FROTA MUNICIPAL DE MÁQUINAS

Objetivo: Equipar o Município com melhoria de Atendimento a População de Equipamentos/Maquinas.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Aquisição Equipamentos/Veículos	Unidades	Aquisição de Veículos e Maquinas	Adquirir Equipamentos (Caminhões , Tratores e outros) para atendimento em diversos setores do Município

Programa 0014: ATENÇÃO A TERCEIRA IDADE

Objetivo: Garantir integração social e qualidade de vida ao idoso

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Apoiar e cumprir o estatuto do idoso	Unidades	Apoio às atividades dos idosos	Aumentar o atendimento aos idosos

Programa 0015: ATENÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Objetivo: Atender crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal a partir de ofertas de bens serviços de qualidade, com base de inclusão social.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Apoiar e cumprir o estatuto da Criança e Adolescente	Unidades	Apoio às unidades	Aumentar o atendimento às crianças e adolescentes

Programa 0016: TURISMO

Objetivo: Aumentar o fluxo, a permanência e o consumo dos turistas no Município.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Apoio a programas turísticos em nosso Município e região	Unidades	Atendimento ao turista	Melhorar a acessibilidade dos Turistas em nosso município

Programa 0017: SEGURANÇA PUBLICA

Objetivo: Diminuir índices de violência e capacitar o município ao atendimento do cidadão em situações críticas de segurança

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Incentivar programas que diminua a violência ao cidadão	Unidades	Diminuição da Violência	Aumento das condições de segurança no Município

Programa 0018: REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Objetivo: Ampliar a rede de Iluminação pública em nosso Município

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Incentivar programas e ampliação da iluminação Pública	Unidades	Ampliar a Rede de Iluminação Pública em nosso Município	Aumento da iluminação pública em nosso Município

Programa 0019: CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO-SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL

Objetivo: Proporcionar mais eficiência aos trabalhos do Legislativo e mais conforto e comodidade no atendimento à população em geral.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Construção do prédio	Unidade	Alojamento do Salão de Reuniões	Espaço físico mais amplo para o trabalho dos Vereadores e participação da população
Reforma do prédio existente	Unidade	Alojamento da Secretaria da Câmara	Espaço físico mais amplo para o trabalho dos Servidores, Vereadores e arquivamento da documentação.

Programa 0020: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA A CÂMARA MUNICIPAL

Objetivo: Proporcionar mais eficiência dos trabalhos do Legislativo e atendimento à população em geral através da aquisição de móveis e equipamentos.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Aquisição de móveis e equipamentos	Unidade	Mais eficiência dos trabalhos legislativos	Melhoria das atividades do Legislativo a partir da aquisição de móveis e equipamentos
Aquisição de veículo	unidade	Mais eficiência dos trabalhos legislativos	Melhoria das atividades do Legislativo a partir da aquisição de um veículo para

transporte de Vereadores.

Programa 0021: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A CAMARA MUNICIPAL

Objetivo: Proporcionar mais eficiência dos trabalhos do Legislativo e atendimento à população em geral através da aquisição de móveis e equipamentos.

Ações	Produto / Unidade de Medida	Meta	Resultado Esperado
Aquisição de veículo	unidade	Mais eficiência dos trabalhos legislativos	Melhoria das atividades do Legislativo a partir da aquisição de um veículo para transporte de Vereadores.

Metas e Prioridades L.D.O

Programas e Ações

EDUCAÇÃO

- Construção, reforma, ampliação de escolas da rede municipal de ensino.
- Aquisição de móveis veículos e equipamentos e materiais permanentes para escolas municipais.
- Construção, reforma e ampliação de quadras poliesportivas nas escolas publicas.
- Acervo bibliotecário.
- Proteção para bolas na Escola Maria Luiza (alambrado de tela).
- Construção consultório odontológico nas escolas.
- Reforma dos banheiros nas escolas.
- Laboratório de línguas e ciências para as escolas.
- Manutenção das escolas municipais.
- Manutenção dos veículos da frota municipal educação.
- Aquisição de veículos para administração e transporte de alunos.
- Manutenção das atividades administrativas.
- Aquisição de Imóveis para construção escolas.
- Desapropriação terrenos para construção, ampliação e reformas de escolas e atividades administrativas.
- Manutenção convênios estaduais, federais e municipais.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL / OBRAS

- Construção, reforma, ampliação de imóveis públicos municipais.
- Construção, reforma ampliação de creches municipais.
- Construção, reforma ampliação de prédios públicos.
- Implantação programas de Antidrogas, Técnicas agrícolas, idoso, criança adolescente e outros.
- Reforma e ampliação da antiga cadeia e instalação do centro de artesanato, e oficinas.
- Construção de um Galpão para oficinas e eventos.
- Manutenção das atividades da Secretaria.
- Aquisição de veículos, máquinas, equipamentos para atividades publicas.
- Manutenção convênios estaduais, federais e municipais.
- Construção Restauração, ampliação das redes de água e esgoto e diversos.

- Construção, restauração, ampliação de Praças ,Pontes, Mata Burros e outros.
- Construção, reforma ,ampliação de vias Urbanas e Rurais.
- Pavimentação asfáltica, recapeamento, ampliação, calçamento em vias urbanas e outros.
- Construção,abertura, Avenidas ,ruas em diversos logradouros públicos.
- Ampliação, reforma, iluminação publica.

MEIO AMBIENTE / TURISMO

- Construção e ampliação de Estação de tratamento de esgoto/Água
- Ampliação, canalização e tratamento de água e esgoto
- Construção de viveiros para produção de mudas de plantas ornamentais e arvores nativas e exóticas e reflorestamento as margens da represa do funil e diversos logradouros públicos
- Aquisição de veículos, maquinas e equipamentos para secretaria
- Mapeamento topográfico, do solo hídrico e acidentes geográficos do município de Ijaci e
- Implantação de programas para reflorestamento, arborização de ruas, avenidas, praças e outros.
- Manutenção das atividades da secretaria.
- Manutenção e complementação das obras do aterro sanitário e controlado de lixo.
- Desapropriação, aquisição de área para implantação de projetos turísticos no município de Ijaci.
- Manutenção dos convênios estaduais, federais e municipais.
- Incentivo a industrialização de micro e pequenas empresas em parceria publico privado e outros.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Aquisição de moveis, equipamentos e veículos para a Secretaria de Planejamento e Gestão.
- Construção, reforma e ampliação de prédios públicos.
- Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Planejamento de Gestão.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Aquisição de moveis, equipamentos e veículos.
- Construção, reforma e ampliação de prédios públicos.
- Aquisição de moveis veículos e equipamentos e materiais permanentes para atividades saúde
- Implantação e Ampliação de Programas saúde.
- Manutenção dos convênios estaduais, federais e municipais.
- Manutenção das atividades administrativas

PODER LEGISLATIVO

- Construção do prédio-sede da Câmara Municipal;
- Aquisição de equipamentos e mobiliário para a Câmara Municipal;
- Aquisição de veículo para a Câmara Municipal;
- Manutenção das atividades legislativas e fiscalização;
- Manutenção das atividades da Secretaria, Contabilidade e Finanças da Câmara Municipal.